

	<p>SUBSEÇÃO DIEESE- CONDSEF/FENADSEF</p> <p>Setor Bancário Sul – Quadra 1 – Bloco K – Salas 308/314. Edifício Seguradoras. Asa Sul – Brasília/DF CEP: 70.093-900 E-mail: sucondsef@dieese.org.br Telefone / Fax (0xx61) 3031-4211</p>	
---	---	---

Relatório 07¹:

Relatório de acompanhamento da PEC 32

03 de maio de 2021

¹ Este estudo foi elaborado pela Subseção do DIEESE na CONDSEF/FENADSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) para subsidiar as discussões da Direção Executiva e suas entidades filiadas em relação aos trâmites da PEC 32.

1 – Informações sobre a PEC 32

Informação 01 – CCJ voltará a discutir reforma administrativa na segunda-feira

Colegiado tem promovido uma série de debates sobre o tema - 30/04/2021 - 18:47

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados realizará na segunda-feira (3) mais uma audiência pública para discutir a proposta de reforma administrativa enviada pelo governo ao Congresso ([PEC 32/20](#)).

O texto, que altera regras no serviço público federal, está sob a relatoria do deputado Darci de Matos (PSD-SC).

Foram convidados para o debate:

- o coordenador de Formação e Organização Sindical da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe), Thiago Duarte Gonçalves;
- o presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), Ademar Batista Pereira;
- o presidente da Associação Nacional dos Servidores do Ipea (Afipea), José Celso Pereira Cardoso Júnior;
- o presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Bob Everson Carvalho Machado;
- a advogada e consultora jurídica da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Elena Garrido; e
- o presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Edvandir Felix de Paiva.

A reunião ocorrerá no plenário 1, a partir das 14 horas.

A proposta

A proposta de reforma administrativa restringe a estabilidade no serviço público e cria cinco tipos de vínculos com o Estado. As mudanças só valerão para os novos servidores.

O texto estabelece que leis complementares tratarão de temas como política de remuneração, ocupação de cargos de liderança e assessoramento, progressão e promoção funcionais e definição das chamadas “carreiras típicas de Estado”.

A CCJ não avalia o mérito da proposta, e sim aspectos técnicos (admissibilidade), como, por exemplo, se o texto está de acordo com a Constituição Federal. Depois de passar pelo colegiado, a reforma ainda precisará ser analisada por uma comissão especial e, em dois turnos, pelo Plenário.

[Saiba mais sobre a tramitação de propostas de emenda à Constituição](#)

Da Redação - MO

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/753449-ccj-voltara-a-discutir-reforma-administrativa-na-segunda-feira/>)

Informação 02 – CCJ - Representantes de servidores criticam 'lógica privatista' da reforma administrativa

Relator da proposta na CCJ afirma que o objetivo das mudanças é trazer economia para o Estado e modernizar o serviço público

30/04/2021 - 18:19 - *Najara Araujo/Câmara dos Deputados*

Representantes dos servidores públicos criticaram a proposta de reforma administrativa enviada pelo governo ao Congresso na terceira audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania sobre o tema ([PEC 32/20](#)), realizada nesta sexta-feira (30).

O texto em discussão restringe a estabilidade no serviço público e cria cinco tipos de vínculos com o Estado. Essas mudanças valerão para os novos servidores. A proposta estabelece que leis complementares tratarão de temas como política de remuneração, ocupação de cargos de liderança e assessoramento, progressão e promoção funcionais e definição das chamadas “carreiras típicas de Estado”.

- [Conheça a proposta do governo para reforma administrativa](#)

Presidente da Associação Nacional dos Advogados da União, Clóvis dos Santos Andrade afirmou que a entidade não é contrária a uma reforma administrativa ou a medidas que promovam mais eficiência ao serviço público, mas que a proposta em discussão foi elaborada sobre bases equivocadas.

“Pensada por agentes oriundos da iniciativa privada para se aplicar a uma realidade que eles não conhecem, que é a do serviço público. Nascida no seio do Ministério da Economia, a [PEC 32/20](#) tenta trazer para a administração pública uma lógica privatista própria do meio empresarial”, disse.

Um dos exemplos citados por Andrade é a criação do “vínculo de experiência”, período de um a dois anos de trabalho para o aprovado em concurso público, ao fim do qual será determinada a classificação final e quem de fato foi selecionado para o serviço público, segundo a proposta do Executivo.

Andrade comparou o vínculo aos programas de trainee da iniciativa privada. Para ele, esse dispositivo fere princípios constitucionais moralizadores, como os da investidura e o do concurso público. “Exigências prévias para que os servidores possam agir em nome do Estado”, explicou.

O presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Pedro Helena Pontual Machado, também se posicionou contra a proposta e criticou o argumento de que “o Estado custa muito e entrega pouco”. Ele destacou que a maioria dos quase 600 mil servidores públicos federais são das áreas de educação e saúde, que são prioridades do Estado.

Economia

Na primeira da série de audiências para debater a reforma administrativa, o relator da proposta, deputado [Darci de Matos \(PSD-SC\)](#), disse que o objetivo das mudanças é promover uma economia nos próximos dez anos de R\$ 300 bilhões, adequar o serviço público aos novos tempos, às novas tecnologias, e fortalecê-lo para que ofereça serviços de qualidade à população brasileira. “Hoje, infelizmente, o serviço público ainda é lento, oneroso e deixa muito a desejar”, lamentou o relator.

O presidente da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa, deputado [Tiago Mitraud \(Novo-MG\)](#), ressaltou que, em sua avaliação, a proposta não fere nenhuma cláusula pétrea da Constituição. Ele pretende, inclusive, tornar o texto mais rígido. “A frente que eu presido já apresentou diferentes emendas e propostas de melhoria ao texto do governo. Eu, pessoalmente acredito — por mais que entenda o esforço que foi feito pelo Ministério da Economia —, que o texto ainda é tímido”.

Mitraud defende, por exemplo, a inclusão na reforma de membros de Poderes e os atuais servidores. “Quem possui benefícios como férias de 60 dias e aposentadoria compulsória como punição são os que ficaram de fora”, criticou.

A CCJ não avalia o mérito da proposta, mas aspectos técnicos, como, por exemplo, se o texto está de acordo com a Constituição Federal, a chamada admissibilidade. Depois de passar pelo colegiado, a reforma administrativa ainda precisa ser analisada por uma comissão especial e pelo Plenário, em dois turnos de votação.

- [Saiba mais sobre a tramitação de propostas de emenda à Constituição](#)

Reportagem - Paula Bittar - Edição - Geórgia Moraes

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/753352-representantes-de-servidores-criticam-logica-privatista-da-reforma-administrativa/>)

2 – Situação atual que se encontra

SITUAÇÃO
Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

CAMINHO DA PROPOSTA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

✓ Início

● CCJC
→ ESTÁ AQUI

● Plenário Virtual

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
Designado Relator, Dep. Darci de Matos (PSD-SC)
Chegou à comissão em: 09/02/2021

SENADO FEDERAL
Não há tramitação no Senado

REGIME DE TRAMITAÇÃO
Especial (Art. 202 c/c 191, I, RICD)
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

■ Entenda

QUEM VIU ESTA PROPOSTA VIU TAMBÉM

- MSC-463/2017
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.
- PDC-936/2018
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.

DISCURSOS EM PLENÁRIO

- 19/04/2021
Alice Portugal (PCdoB-BA)
- 15/04/2021
Erika Kokay (PT-DF)
- 30/03/2021
Ricardo Silva (PSB-SP)
- 25/03/2021
Rogério Correia (PT-MG)
- Mais discursos

Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

3 – Tramitação detalhada

- 29/04/2021

Andamento:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

- Reunião Extraordinária de Audiência Pública convocada, com a presença dos seguintes convidados, em virtude da aprovação dos respectivos requerimentos: 1.Sr. Lademir Gomes da Rocha - Presidente da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais - ANAFE REQ nos 2/2021, 7/2021, 78/2021 CCJC, Dep. Fabio Trad (PSD/MS) REQ nº 11/2021 CCJC, Dep. Tadeu Alencar (PSB/PE) REQ nos 44/2021, 77/2021 CCJC, Dep. Lincoln Portela (PL/MG) 2.Sr. Paulo Uebel - Ex-Secretário especial da Secretaria de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia REQ 39/2021 CCJC Gilson Marques (NOVO/SC) 3.Sra. Rivana Barreto Ricarte - Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP REQ nº 2/2021 CCJC, Dep. Fabio Trad (PSD/MS) REQ nº 9/2021 CCJC, Dep. Tadeu Alencar (PSB/PE) REQ nº 17/2021 CCJC, Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS) REQ nº 20/2021 CCJC, Dep. Erika Kokay (PT/DF) REQ nº 35/2021 CCJC, Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS) REQ nos 44/2021, 77/2021 CCJC, Dep. Lincoln Portela (PL/MG) REQ nº 47/2021 CCJC, Dep. João Campos (REPUBLICANOS/GO) REQ nº 71/2021 CCJC, Dep. Pompeu de Mattos (PDT/RS) 4.Sr. Bruno Miragem - Advogado e Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul REQ nº 25/2021 CCJC Carlos Jordy (PSL/RJ) REQ nº 26/2021 CCJC Darci de Matos (PSD/SC) 5.Sr. George Alex de Souza, diretor de assuntos parlamentares, representando o Sr. Kleber Cabral, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal - SINDIFISCO Nacional REQ nº 8/2021 CCJC Paulo Teixeira (PT/SP) REQ nº 11/2021 CCJC Tadeu Alencar (PSB/PE) REQ nº 15/2021 CCJC Erika Kokay (PT/DF) REQ nº 21/2021 CCJC Pompeo de Mattos (PDT/RS) 6.Sr. Rudinei Marques - Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - FONACATE REQ nº 3/2021 CCJC Gervásio Maia (PSB/PB) REQ nº 14/2021 CCJC Erika Kokay (PT/CE) REQ nº 21/2021 CCJC Pompeo de Mattos (PDT/RS) REQ nº 72/2021 CCJC Paulo Teixeira (PT/RS) REQ nº 79/2021 CCJ Enrico Misasi (PV/SP) REQ nº 30/2021 CCJC Subtenente Gonzaga (PDT/MG)

30/04/2021

Andamento:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

- Reunião Extraordinária de Audiência Pública convocada, com a presença dos seguintes convidados, em virtude da aprovação dos respectivos requerimentos: 1. SR. CLÓVIS DOS SANTOS ANDRADE Presidente da ANAUNI - Associação Nacional dos Advogados da União REQ 11/2021 CCJC Tadeu Alencar (PSB/PE) REQ 65/2021 CCJC Fernanda Melchionna (PSOL/RS) REQ 71/2021 CCJC Pompeu de Mattos (PDT/RS) REQ 78/2021 CCJ Fábio Trad (PSDB/MS) 2. SR. ALISON APARECIDO MARTINS DE SOUZA Presidente do SINDILEGIS - Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União REQ 8/2021 CCJC Paulo Teixeira (PT/SP) REQ 13/2021 CCJC Erika Kokay (PT/DF) REQ 27/2021 CCJC Maria do Rosário (PT/RS) REQ 33/2021 CCJC Tadeu Alencar (PSB/PE) 3. SR. PEDRO HELENA PONTUAL MACHADO Presidente da ANESP - Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental REQ 2/2021 CCJC Fabio Trad (PSD/MS) REQ 3/2021 CCJC Gervásio Maia (PSB/PB) REQ 7/2021 CCJC Fábio Trad (PSD/MS) REQ 13/2021 CCJC Erika Kokay (PT/DF) REQ 17/2021 CCJC Fernanda Melchionna (PSOL/RS) REQ 21/2021 CCJC Pompeo de Mattos (PDT/RS) REQ 27/2021 CCJC Maria do Rosário (PT/RS) REQ 35/2021 CCJC Fernanda Melchionna (PSOL/RS) REQ 44/2021 CCJC Lincoln Portela (PL/MG) REQ 72/2021 CCJC Paulo Teixeira (PT/RS) REQ 77/2021 CCJ Lincoln Portela (PL/MG) REQ 79/2021 CCJ Enrico Misasi (PV/SP) 4. SR. THIAGO COUTO CARNEIRO Assessor-Executivo da ADB - Associação dos Diplomatas Brasileiros REQ 7/2021 CCJC Fábio Trad (PSD/MS) REQ 78/2021 CCJ Fábio Trad (PSDB/MS) 5. SR. MARLON ESPER MAUÉS Assessor-Executivo da Presidência da CNTA - Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos REQ 26/2021 CCJC Darci de Matos (PSD/SC) 6. SR. RODOLFO QUEIROZ LATERZA Presidente da ADEPOL - Associação dos Delegados de Polícia do Brasil REQ 34/2021 CCJC Subtenente Gonzaga (PDT/MG) REQ 47/2021 CCJC João Campos (REPUBLICANOS/GO)

Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

4 – Enquete da PEC 32

Proposta de Emenda à Constituição
PEC 32/2020

OPINE

Texto original | Siga esta proposta

EMENTA
Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

ENTENDA A PROPOSTA
A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, do Poder Executivo, altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A ideia é (...) Saiba mais

AUTOR
Poder Executivo

SITUAÇÃO
Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de

Esta é a versão amigável da ficha de tramitação. O que você achou?
PREFIRO ESTA VERSÃO
Versão anterior desta ficha

SUA OPINIÃO SOBRE ESTA PROPOSTA
Vote na enquete

QUEM VIU ESTA PROPOSTA
VILU TAMBRÉM

VOTE NA ENQUETE – COMO ACESSAR:

<https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083>

Você já votou no site da Câmara contra a Reforma Administrativa PEC 32?

Veja a tramitação

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE A PEC 32/2020?

Concordo totalmente | Concordo na maior parte | Estou indeciso | Discordo na maior parte | Discordo totalmente

VOTAR

CANCELA A REFORMA Já!

5 – Enquete da PEC 32 (Resultado atualizado)

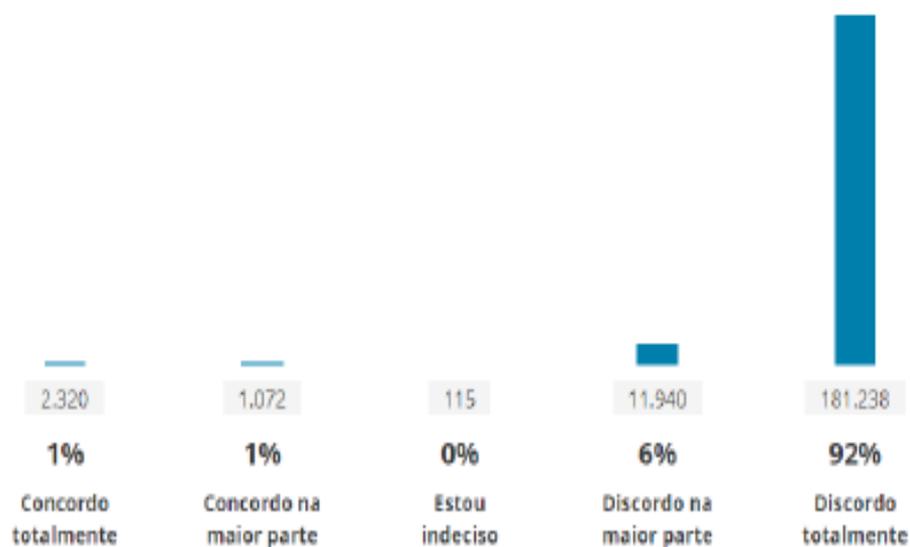
Dia da consulta à enquete: 03 de maio

ENQUETE DA PEC 32/2020

 | 

RESULTADO

Resultado parcial : desde 03/09/2020



FONTE: <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083/resultado>